

Solicitação de resposta formal à carta aberta enviada ao Exmo. Sr. Ministro da Cultura Juca Ferreira em apelo para imediata publicação da reforma da lei de direitos autorais.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2010.

Excelentíssimo ministro Juca Ferreira,

Foi enviada à Vossa Excelência, no dia 23 de outubro de 2009, por diversas organizações, uma carta de apelo pela imediata publicação da reforma da lei de direitos autorais (Lei 9.619/98 - LDA) (ANEXO). Na ocasião, eram passados seis meses do prazo estipulado pelo Ministério da Cultura para o envio do anteprojeto de lei para à consulta pública. Contudo, até a presente data, dez meses após a primeira data prevista, o projeto ainda não foi publicado.

Pela conjuntura política desse ano, caso não se dê imediatamente a apresentação do texto da reforma da LDA, existe a chance real desse importante projeto não ser votado e aprovado pelo Congresso Federal. Pela relevância da LDA para as políticas públicas de educação e cultura, urge que esse ministério traga a público sua proposta de reforma e a envie em caráter de urgência ao legislativo, que teve terminado o seu recesso e já reiniciou a apreciação das pautas de 2010.

A paralisação do projeto de reforma da lei de direitos autorais, e a sua consequente não aprovação nesse ano, significam a interrupção de um sério e profícuo processo de discussão entre Governo e sociedade civil que vem ocorrendo desde 2007. Além da perda de uma oportunidade histórica de avançar na regulação jurídica de uma área tão essencial para a concretização dos direitos fundamentais à cultura, à informação e ao conhecimento.

Por isso, cobramos um posicionamento do Ministério da Cultura. Ratificamos nosso apelo para que a proposta de reforma da LDA seja apresentada urgentemente, que passe tão logo pelo crivo público e que seja enviada ao Congresso de maneira a haver tempo hábil para sua aprovação.

Idec – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor  
Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social  
Gpopai/USP - Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação  
Ação Educativa

## ANEXO

Carta aberta ao Sr. Ministro da Cultura, Juca Ferreira para a imediata publicação da reforma da lei de direitos autorais

São Paulo, 23 de outubro de 2009.

Excelentíssimo ministro Juca Ferreira,

O processo de discussão da lei de direitos autorais (Lei 9.610/1998) conduzido por este Ministério da Cultura nos últimos dois anos apontou de maneira inequívoca para a sua inadequação frente às atuais necessidades da sociedade brasileira. Em particular, evidenciou-se que a referida lei (1) está em descompasso com os novos usos de obras permitidos pelas novas tecnologias; (2) não permite de forma inequívoca o uso de obras protegidas para fins educacionais e científicos; (3) não permite o adequado trabalho de preservação das organizações de proteção ao patrimônio cultural; (4) não dá suficientes garantias para o acesso às obras em domínio público e; (5) não protege adequadamente os autores na sua relação com os intermediários culturais.

O resultado do longo (mas também estimulante) processo de discussão do Fórum Nacional de Direito Autoral deveria ser materializado na proposta de uma nova lei de direitos autorais que tratasse de maneira atual e adequada todos esses problemas e limitações da legislação atual. A expectativa era que essa nova proposta fosse apresentada em abril de 2009 - prazo que depois foi prorrogado para setembro. Agora, estamos no começo de outubro e a proposta não foi ainda apresentada.

Com a aproximação do fim do ano, as possibilidades de envio da proposta ao Congresso Nacional com chances reais de aprovação tornam-se cada vez mais distantes. Trata-se de um processo longo, que inclui a apresentação pública da proposta, sua discussão por meio de uma consulta e a tramitação nas duas casas do Congresso. É notório, também, que a pauta do Legislativo pouco avançará no próximo ano em função das eleições nacionais. Em função disso, tememos que todo esse árduo trabalho de debate, negociação e elaboração seja perdido. Tratar-se-ia, neste caso, do desperdício de uma oportunidade histórica de elaborar uma proposta avançada, adequada à nova realidade tecnológica e às necessidades efetivas da sociedade brasileira que hoje carece de respaldo legal para desenvolver de maneira adequada a educação e a cultura do país. Por isso, fazemos esse apelo para que a proposta seja apresentada com a maior brevidade de maneira que possa ser discutida e em seguida possa tramitar e ser aprovada com êxito pelo legislativo.

Assinam esta carta:

Idec – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor  
Gpapai/USP - Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação  
Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social  
Ação Educativa  
Instituto Paulo Freire  
Movimento Música para Baixar